STJ00114676

Ricardo Negrão

Falência e Recuperação de Empresas

Aspectos objetivos da Lei n. 11.101/2005

7ª edição
2022

saraiva jur

STJ00114676

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR - CRB-8/9949

N385f Negrão, Ricardo

Falência e recuperação de empresas: aspectos objetivos da Lei n. 11.101/2005 / Ricardo Negrão. - 7. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2022.
312 p.

ISBN 978-65-536-2120-6 (Impresso)

1. Direito empresarial. 2. Falência. 3. Recuperação judicial. 4. Lei n. 14.112/2020. I. Título.

CDD 346.07
2021-4791 CDU 347.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial	346.07
2. Direito empresarial	347.7

1213305

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Lanssa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação LGB Publicações
Revisão Daniela Georgeto
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 2-2-2022

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607674 CAE 791458

STJ00114676

ÍNDICE

Abreviaturas 7
Nota introdutória 17

Capítulo 1

PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

1. Caracterização do estado falimentar 19
2. Causas 19
3. Pressupostos legais 21
4. Pluralidade de credores 21
5. Legitimidade passiva 22
   5.1. Empresários excluídos pela Lei de Falências em razão de seu objeto 22
   5.2. Empresários excluídos em razão de inatividade 27
6. Legitimidade ativa 30
   6.1. Qualidade do credor e de seu título 30
   6.2. Credor empresário 30
   6.3. Credor sem domicílio no Brasil 31
   6.4. Credor com garantia real 31
   6.5. Credor privilegiado fiscal 31
   6.6. Credor privilegiado trabalhista 32
   6.7. O cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante 33
   6.8. O sócio-cotista ou acionista 34
7. Procedimentos 36

7.1. Distinções 36
7.2. Discriminação dos atos de falência 40
7.3. Citação, oposição de sócios e recuperação judicial incidental 43
7.4. Procedimento de autofalência 45
8. Resumo gráfico 49
8.1. Procedimento do art. 94, I 49
8.2. Procedimento do art. 94, II 50
8.3. Procedimento do art. 94, III 51
8.4. Procedimento do art. 105 52
9. Defesas 52

Capítulo 2

SENTENÇA JUDICIAL E RECURSOS

1. Unidade e prevenção do juízo falimentar 55
2. Indivisibilidade do juízo falimentar 56
3. Universalidade do juízo falimentar 57
4. Resumo dos conceitos 58
5. Sentença de quebra 58
6. Indenização 65
7. Recursos 67

Capítulo 3

EFEITOS DA SENTENÇA DE FALÊNCIA

1. Efeitos sobre os credores 69
1.1. Suspensão do curso da prescrição 70
1.2. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores.. 71
1.3. Vencimento antecipado das dívidas 72
1.4. Formação da massa de credores 74
1.5. Suspensão do direito de retenção 78
1.6. Suspensão da fluência de juros 79
1.7. Direito de credores de coobrigados solidários 79
2. Efeitos sobre a pessoa do falido 81
2.1. Restrições impostas ao falido – limitações de direito.... 81
2.2. Obrigações impostas ao falido 82
2.3. Direitos atribuídos ao falido 87

3. Efeitos sobre os bens do falido 87
3.1. O desapossamento 87
3.2. Impenhorabilidade e patrimônio de afetação 89
4. Efeitos sobre os sócios 90
4.1. Efeitos sobre sócios com responsabilidade ilimitada 93
4.2. Dificuldades 93
4.3. Efeitos sobre os demais sócios 94
4.4. Efeitos não patrimoniais 95
5. Efeitos sobre os contratos 98
5.1. Regras gerais para os contratos unilaterais 98
5.2. Regra especial para os contratos unilaterais 98
5.3. Regras gerais para os contratos bilaterais 98
5.4. Regras especiais 100
5.4.1. Falência do vendedor que não entregou a coisa contratada 101
5.4.2. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada 102
5.4.3. Contratos em que o comprador falido detém a posse direta ou indireta da coisa, mas não o domínio e ainda não pagou o preço 103
5.4.4. Vendas a termo, em que houve a falência do comprador ou a do vendedor 108
5.4.5. Contratos imobiliários, de locação e venda 109
5.5. Mandato 111
5.6. Conta-corrente 111
5.7. Compensação de dívidas 112
5.8. Contrato de sociedade 113
5.9. Condomínio indivisível 115
5.10. Contrato de sociedade em conta de participação 115
6. Resumo e visão geral 116

Capítulo 4

ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA, REALIZAÇÃO DO ATIVO, EXTINÇÃO E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA

1. Visão geral da segunda fase processual 119

2. Eixo principal da segunda fase do processo falimentar 121
2.1. Publicação do edital contendo a íntegra da sentença que decreta a falência 122
2.2. Nomeação do administrador judicial 123
2.3. Convocação da assembleia geral de credores 133
2.4. Constituição do Comitê de Credores 138
2.5. Decisão sobre a continuação provisória das atividades empresariais 142
2.6. Arrecadação dos bens e documentos do devedor e elaboração do auto de arrecadação 143
2.7. Realização do ativo e pagamento de credores 150
2.8. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido 155
2.9. Quadro dos principais atos de administração e da fase de arrecadação, realização do ativo e de encerramento da falência 161

Capítulo 5

AÇÕES DE INTERESSE DA MASSA FALIDA: INTEGRAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO DE BENS FORMAÇÃO DO QUADRO GERAL DE CREDORES APURAÇÃO DE CRIMES DEFINIDOS NA LEI FALIMENTAR

1. Eixos paralelos 163
2. Ações de desincorporação de bens da massa falida 163
2.1. Ações de restituição 164
2.2. A ação de restituição por proprietário de bem arrecadado 166
2.3. A coisa objeto do pedido 166
2.4. Alienação posterior à arrecadação 167
2.5. Restituição decorrente de venda de coisas a prazo 167
2.6. Restituição de adiantamento de contrato de câmbio 168
2.7. Restituição em razão de não recolhimento de importâncias devidas às Fazendas Públicas 169
2.8. Procedimento 170
2.9. Execução e recurso 170

2.10. Honorários advocatícios e correção monetária 171
2.11. Quadro-resumo 172
2.12. Embargos de terceiro 173
3. Ações visando à incorporação de bens à massa falida 173
3.1. Objeto 174
3.2. Distinção entre as hipóteses do art. 129 e as do art. 130 ... 174
3.3. As declarações de ineficácia 175
3.4. Atos praticados dentro do termo legal 175
3.5. Atos praticados no período de dois anos anteriores à declaração de falência 177
3.6. Atos nos quais não se leva em consideração o elemento temporal 178
3.7. Atos praticados após a declaração de falência 178
3.8. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução 179
3.9. Ação revocatória 180
3.10. Processamento da ação revocatória 181
3.11. Medidas cautelares e recursos 182
3.12. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76 182
3.13. Revocatória prevista no art. 51 da LF45 183
3.14. Efeitos das ações revocatórias 184
4. Formação do quadro geral de credores 184
4.1. Verificação e habilitação de credores 185
4.2. Habilitação retardatária 187
4.3. Classificação dos créditos 187
4.4. Incidente de classificação de crédito público 193
4.5. Créditos cuja classificação foi extinta na reforma da LREF em 2020 195
5. Apuração de crime definido na Lei Falimentar 195
5.1. A presença do Ministério Público no processo falimentar ... 195
5.2. A abolição do inquérito judicial 199
5.3. Competência 200
5.4. Processo-crime falimentar 201
5.5. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo 202
5.6. Crimes relacionados à escrituração contábil 204
5.7. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especulação de lucro sobre os bens 206
5.8. Outros crimes 208

Capítulo 6

RECUPERAÇÃO DA EMPRESA EM JUÍZO

1. Crise econômico-financeira 209
2. O sistema de recuperação em juízo 210
3. Pressupostos da recuperação em juízo 210
   3.1. Pressuposto de natureza funcional: exercício regular de atividade empresarial há mais de dois anos.. 211
   3.2. Pressupostos de natureza pessoal 217
   3.3. Pressuposto especial às companhias abertas 225
4. Credores sujeitos à recuperação 226
5. Recuperação judicial ordinária 228
   5.1. Meios de recuperação 228
   5.2. Fases de desenvolvimento da recuperação judicial ordinária 233
   5.3. Fase do pedido e processamento 233
   5.4. Fase do plano apresentado pelo devedor (art. 53) 247
   5.5. Fase do procedimento (art. 55) 253
6. Plano especial de recuperação judicial 282
7. Recuperação extrajudicial 285
   7.1. Princípios e limites 285
   7.2. Pedido 286
   7.3. Efeitos 287
   7.4. Documentos necessários 288
   7.5. Procedimento 288
8. Da cooperação internacional no processo falimentar-recuperatório 290
   8.1. Da insolvência transnacional 290
   8.2. Do acesso à jurisdição brasileira 291
   8.3. Do reconhecimento de processos estrangeiros 292
   8.4. Da cooperação entre autoridades e representantes 294
   8.5. Dos processos concorrentes 294

Bibliografia 297
Índice Alfabético-Remissivo 301